



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**JARDEL DE PAIVA FREIRE**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E  
ESCRITA NOS DISTRITOS DE DOURADO E SÃO JERÔNIMO, EM GUAÍÚBA –  
CEARÁ**

**REDEÇÃO – CEARÁ  
2018**

JARDEL DE PAIVA FREIRE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E  
ESCRITA NOS DISTRITOS DE DOURADO E SÃO JERÔNIMO, EM GUAÍÚBA –  
CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Bacharelado Humanidades da  
Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira como requisito final  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Costa Lima

REDENÇÃO – CEARÁ  
2018

JARDEL DE PAIVA FREIRE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E  
ESCRITA NOS DISTRITOS DE DOURADO E SÃO JERÔNIMO, EM GUAÍÚBA –  
CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Bacharelado Humanidades da  
Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira como requisito final  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Costa Lima

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ivan Costa Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof.a Dr.(a) Jacqueline da Silva Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr.(a) Luís Eduardo Torres Bedoya

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

## RESUMO

Este projeto refere-se a uma proposta de pesquisa cujo objetivo geral é discutir e refletir sobre a Educação de jovens e adultos para formação do ato de ler e escrever, nos distritos de Dourado e São Jerônimo localizado na cidade de Guaiúba, no interior do Ceará, de modo também que possa ser observado o impacto sociocultural no município e também as contribuições do programa na vida do educando. Para tanto, se utilizará de uma abordagem quantitativa e qualitativa através do uso de questionários e em seguida de entrevistas semiestruturadas com os estudantes desta modalidade de ensino, a fim de registrar a trajetória desses sujeitos e a formam com apreendem o processo de leitura e a escrita. Discute-se que a educação, como forma de inclusão social tem no acesso à escola como direito de todos. Assim, pretende-se informar, conscientizar e promover reflexões sobre os desafios na Alfabetização dos alunos do EJA, buscando-se contribuir na quebra de preconceitos, a garantia de direitos, como também fortalecer a identidade deste grupo social marcados pela exclusão.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Inclusão. Alfabetização.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>2. DELIMITAÇÃO DO TEMA.....</b>	<b>08</b>
2.1 PROBLEMA DA PESQUISA.....	10
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>11</b>
3.1 GERAL.....	11
3.2 ESPECÍFICOS.....	11
<b>4. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>12</b>
<b>5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>13</b>
<b>6. REFERÊNCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino público municipal, campo de investigação desta pesquisa estão localizadas no interior do Ceará, nos distritos de Dourado e São Jerônimo localizados na cidade de Guaiúba-CE. Para a pesquisa foram escolhidas duas escolas: Escola Manuel Xavier Pires e Escola Francisco Monteiro Filho, ambas atendendo a modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos.

A cidade de Guaiúba tem pouco mais que 26 mil habitantes e fica a 26 km de Fortaleza, capital do Estado. Hoje a principal fonte de economia da cidade ainda é a agricultura e o comércio, porém, a partir da década de 80, com o desenvolvimento das atividades industriais em suas circunvizinhanças, Maracanaú, Pacatuba e Fortaleza muitos moradores deslocam-se de Guaiúba para trabalhar em indústrias localizadas nas cidades vizinhas. Junto com esse processo fez-se necessário ampliar a educação formal dos seus habitantes como forma de inserção produtiva e de conhecimentos sobre seus próprios direitos sociais. Nesta perspectiva de crescimento e da necessidade por educação tem-se o advento da EJA, para dar possibilidade a esta classe de trabalhadores acessar a escolarização já que muitos estavam impossibilitados de frequentar as salas de aula regular ou estão fora da faixa etária.

A EJA, mesmo com todos os limites, vem cumprindo um papel importante na sociedade e é através desta que a mesma pode ganhar mais força e compreensão. Neste sentido, consideramos que se faz necessário que a sociedade passe a entender a EJA como um direito, em função daqueles que foram afastados por diversos motivos das salas de aula e que tiveram que abandonar a busca da educação formal.

Com isso, é necessário um esforço conjugado de educandos, educadores, sociedade e governo para consolidar o processo de escolarização dentro desta modalidade de ensino. O governo por sua vez tem o papel primordial na inclusão e manutenção do jovem ou adulto na sala de aula, para tanto, há que se efetivar políticas públicas eficazes, capazes de tornar a educação acessível a todos, capazes de garantir a eficiência e a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Este trabalho acadêmico tem como objetivo compreender acerca da Educação de Jovens e Adultos na formação do ato de ler e escrever dos estudantes dos distritos de Dourado e São Jerônimo em Guaiúba-Ceará. Desta forma, pretende-se discorrer, ao longo de sua execução, sobre a trajetória histórica da EJA no Brasil, a fim de compreender seus desafios ao longo de se tornar uma modalidade da educação. Bem como, registrar as trajetórias de alguns dos sujeitos

que frequentam a EJA na compreensão de seus processos de ensino e aprendizagem na apropriação da escrita e leitura. O estudo terá aportes metodológicos de base quantitativa e qualitativa, fazendo-se uso da pesquisa bibliográfica e do estudo de caso. É válido salientar que a pesquisa bibliográfica serviu de base para o desenvolvimento do referencial teórico do presente trabalho e para possíveis complementações teóricas no estudo de caso.

Por fim, com esse trabalho queremos contribuir em ampliar o conhecimento de como os sujeitos que frequentam a EJA aprendem, valorizando dentro e fora da universidade esta importante modalidade de ensino como parte de uma educação que para além da formação possa torná-los sujeitos de suas próprias vidas.

## 2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A EJA - Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino transversal, com foco em indivíduos a partir de 15 anos de idade, que por diversos motivos possam a ter vindo a se afastar da escola regular.

Atualmente, segundo dados da Ministério da Educação (BRASIL, 2018), a EJA no Brasil conta com 191 entidades executoras, 17.445 turmas ativas e contabilizam 167.971 alfabetizados, 17.088 alfabetizadores, 2.902 coordenadores e 105 tradutores intérpretes de libras, segundo dados do censo de 2015. Segundo, esses dados ainda são 13,1 milhões de analfabetos, com idade igual ou superior a 15 anos. Pesquisas mais recentes trazem o quantitativo de 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população nacional. Desta forma, isso denota que o atendimento aos sujeitos que estão fora do sistema formal se coloca ainda como um desafio na educação nacional.

A EJA tem como objetivo corrigir questões sociais, desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade para determinado grupo social que tem sido alijado da educação formal, erradicar o analfabetismo e, principalmente, construir "operários pensantes". Esta ideia de operários pensantes nasce junto com a revolução industrial e com a necessidade de pessoas qualificadas ou pelo menos com o mínimo de "alfabetização" para serem capazes de se inserir neste novo modelo de trabalho, bastante diferente do trabalho braçal, que despendia normalmente apenas força e conhecimentos informais (BRASIL, 2018). No entanto, além desse aspecto enfatizado pela demanda governamental a de se discutir que a EJA tem em seu horizonte tornar seus sujeitos produtores de sua própria história, como pode-se observar no decorrer da trajetória de constituição da EJA no Brasil.

De fato, no decorrer de seu desenvolvimento percebe-se em sua trajetória que a Educação de jovens e adultos acabou sendo malvista, senão até marginalizada. Isto se dá devido ao público do dessa modalidade ser praticamente todo voltado para a classe baixa, o que segundo a visão de setores das classes mais altas seria um desperdício, apoiados na ideia da naturalização da condição financeira. O que se faz presente nas entrelinhas desta ideia é que a educação seria subversiva e com potencial de gerar indivíduos perigosos, capazes de rejeitar as condições sociais a que estão inseridos, capazes de entender seu papel enquanto cidadãos e questionar o lugar de subalternidade a que foram inseridos por muito tempo.

Discute-se, assim, que se a EJA é concebida assim nos grandes centros, nas cidades do interior do Nordeste e de todo Brasil a situação parece ser a mesma e ainda traz agravantes



como a desvalorização deste espaço de aprendizagem. Isso, pode observar-se em conversas informais com os adeptos do da modalidade, que relatam que até mesmo dentro dos seus lares são desestimulados ao estudo e estimulado a iniciação da vida ao trabalho, na maioria das vezes, herdando serviços comuns entre familiares.

Desta forma, é possível perceber que a Educação de jovens e adultos enquanto política social voltada para a alfabetização enfrenta desafios de toda ordem, seja pelos modelos pedagógicos, por vezes descontextualizados, seja pela forma como inda é vista pela sociedade, como também dentro da casa de muitos brasileiros, principalmente nas áreas do interior do estado.

A passos lentos esta realidade vem sendo mudada e a EJA tem ganhando muito mais força e adeptos, buscando dar oportunidades igual a quem o sistema nacional por vezes deu caminhos diferentes.

Esta dimensão pode ser vista no Parecer nº 11/00 do Conselho Nacional de Educação (CNE) onde se pode ler:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.

É nesta perspectiva que oferecer oportunidades iguais e equilíbrio social que está incluso a Educação de Jovens e Adultos.

Observa-se, que tão importante quando o que se deve fazer, é o que se deve deixar para trás, precisa-se abandonar a concepção da EJA na perspectiva da falta, do imprevisto, da falta de possibilidades e da carência. Precisa-se deixar de lado as ideias preconceituosas e que perpetuam a exclusão daqueles que estão fora do processo formal da educação.

O ambiente escolar deve ser um ambiente de promoção e fortalecimento da identidade deste grupo social, vítimas da exclusão, do preconceito e de uma política de negação de direitos e de desapropriação social.

Neste sentido, o estudo pretendido deve oferecer subsídios para compreensão de como estes sujeitos que frequentam na EJA nessa região do Ceará obtém o domínio da escrita e da leitura e como estas habilidades são vistas por eles e elas nesta modalidade de ensino.

## **2.1 PROBLEMA DA PESQUISA**

Esta pesquisa busca entender como acontece o processo de aprendizagem dentro da EJA, de forma a compreender a qualidade do sistema frente a demanda e a aplicabilidade no interior do Ceará de acordo com as diretrizes nacionais que regem o programa. Para tanto deseja-se responder a seguinte problematização: **Como se processa a formação do ato de ler e escrever dos sujeitos que frequentam a EJA no interior do Ceará e qual a qualidade deste ensino?**

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Esse trabalho acadêmico tem como objetivo geral:

- Compreender acerca da Educação de Jovens e Adultos na formação do ato de ler e escrever dos estudantes dos distritos de Dourado e São Jeronimo em Guaiuba-Ceará

#### **3.2 Objetivos Específicos**

Como objetivos específicos pretendem-se:

- Apresentar a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil;
- Registrar a trajetórias educativas para o aprendizado do EJA na escola Manuel Xavier Pires, e Francisco Monteiro filho, em Guaiuba- Ceará
- Discutir o processo de alfabetização e letramento necessários para os jovens e adultos, para aprender a ler e escrever.

#### 4 JUSTIFICATIVA

A pesquisa pretende mostrar aspectos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, e a realidade de estudantes de duas escolas públicas no município de Guaiuba-Ceara, as escolas se chamam Escola Manuel Xavier Pires e Francisco Monteiro Filho, ambas são atendidas pelos mesmos professores para as duas turmas nessa modalidade de ensino.

O objetivo principal da mesma é mostrar a realidade de alunos que buscam uma alfabetização através da EJA, que é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever sua história.

O interesse pelo tema escolhido foram as vivências na minha infância, as dificuldades enfrentadas pelos meus pais, que através do sistema de ensino EJA concluíram o ensino fundamental e médio, onde mais tarde minha mãe após concluir a EJA, fez uma graduação de História e passou em um concurso para ser professora.

Eu pude observar que mesmo em níveis diferentes de conhecimentos, a EJA servi para incentivar pessoas que até então viam impossível continuar seus estudos, isso foi um despertar para minha vida estudantil e mais tarde acadêmica.

Os exemplos de determinação e vontade de aprender de meus pais são até hoje para mim não só motivo de orgulho mais também de impulso para meu futuro. Mesmo tendo sempre estudado todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas fui aprovado em uma universidade pública, sendo o primeiro da família a conseguir esse feito.

Dito isso, a motivação para pesquisar o tema além de ser uma preocupação acadêmica, também tem haver com a trajetória educacional familiar e isso influencia as buscas de pesquisa, como estudante do BHU dentro da Unilab.

De fato, é imprescindível compreender que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que prima pelo sujeito, formando uma das políticas nacionais que favorecem para inclusão social, trazendo de volta à escola, jovens e adultos que por diversas dificuldades não permaneceram no ensino regular.

## 5 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho em questão, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. É válido salientar que a pesquisa bibliográfica serviu de base para o desenvolvimento do referencial teórico do presente trabalho e para possíveis complementações teóricas no estudo de caso.

Para Perovano (2016, p. 186), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida “unicamente com referenciais impressos ou procedentes de *internet* busca cobrir uma quantidade de variáveis de pesquisa mais amplas do que se poderia pesquisar diretamente no campo”. Isso significa que nosso primeiro contato sobre o tema é mediado por trabalhos anteriores que possam contribuir no alcance dos objetivos traçados.

A pesquisa será desenvolvida no interior do Ceará, nos distritos de Dourado e São Jerônimo localizados na cidade Guaiúba. As escolas abordadas durante a pesquisa foram: Escola Manuel Xavier Pires (CÓDIGO INEP: 23078936) e Escola Francisco Monteiro Filho (CÓDIGO INEP 23078863).

Com isso, caracterizamos a escolha como estudo de caso, que caracteriza-se por ser “uma pesquisa bem detalhada sobre um ou poucos objetos. A ideia é refletir sobre um conjunto de dados para descrever com profundidade o objeto de estudo [...]” (MASCARENHAS, 2012, p. 50). As escolhas são os objetos de estudos tendo como sujeitos os estudantes da EJA nessas instituições públicas.

Para o desenvolvimento do estudo de caso para presente pesquisa, escolheu-se como abordagem inicial a aplicação de um questionário. “O questionário é o instrumento ideal quando queremos medir dados com maior precisão. Aqui, o papel do pesquisador é formular as perguntas que serão, depois, respondidas no papel pelo participante” (MASCARENHAS, 2012, p. 71). Assim, a partir desse quadro mais amplo pretende-se identificar sujeitos da EJA que se possa acompanhar como entende seu percurso formativo para leitura e escrita.

Quanto à natureza da pesquisa, esta classifica-se como aplicada, com objetivos de gerar conhecimentos para a aplicação prática e a solução de problemas específicos. Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 60) afirmam que na pesquisa aplicada, “o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos, mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos”. Nesse caso, ampliar o conhecimento sobre as trajetórias de aprendizagem dos sujeitos pesquisados, alterando as concepções conservadoras sobre a EJA.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa é quantitativa, a fim de traduzir em números e percentuais as opiniões dos pesquisados. Segundo Mascarenhas (2012), “acredita-se que estudos baseados em dados quantitativos ofereçam uma base mais segura para que o pesquisador tire suas conclusões”.

Perovano (2016, p. 45) esclarece que a pesquisa quantitativa parte do princípio de que “o pesquisador realiza a delimitação do problema de pesquisa e, então, extrai a pergunta da investigação, a hipótese e os objetivos, com a posterior construção da revisão de literatura”.

Quanto aos objetivos esta pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, pois busca familiarizar o tema e torná-lo mais explícito. Mascarenhas (2012, p. 46) esclarece que “A pesquisa exploratória é recomendada para quem pretende criar mais familiaridade com um problema para, depois, criar hipóteses sobre ele”.

Perovano (2016, p. 153) aponta que “identificamos um problema de pesquisa como exploratório quando este ainda não foi explorado ou seus conceitos foram insuficientemente ou pouco desenvolvidos”. Já sobre a pesquisa descritiva, Mascarenhas (2012, p. 47) explica: “a pesquisa descritiva, como o nome sugere, objetiva descrever as características de uma população ou um fenômeno, além de identificar se há relação entre as variáveis analisadas”.

## **5.2 População – Amostra**

“Damos o nome de *população* ou *universo* a um conjunto que pode ser formado por pessoas, famílias, empresas, animais ou qualquer outro tipo de elemento. Já a *amostra* é um pedaço da população que vamos estudar” (MASCARENHAS, 2012, p. 52).

Neste trabalho, a população escolhida para a participação no estudo de caso reside no município de Guaiúba, Ceará. Os participantes fazem parte do Educação de Jovens e Adultos.

## **5.3 Coleta de Dados**

Sobre a coleta de dados, é formidável salientar que há inúmeras maneiras de se colher dados. Para escolher uma destas maneiras, o pesquisador deve levar em conta o contexto e o objeto da pesquisa. Para a coleta de dados deste estudo, se utilizará de entrevistas semiestruturadas logo em seguida da tabulação da fase anterior que são os questionários.

## **5.4 Técnica de Análise**

A análise visa dividir um todo complexo em partes mais simples. Ou seja, vai do mais difícil ao mais simples. A análise é uma técnica essencial para quem quer pesquisar temas complicados que, quando tomados como um todo, ficam muito mais difíceis de se entender. Para a análise dos dados coletados da presente pesquisa, será feita uma análise das respostas fornecidas pelos participantes, levantando um percentual das respostas mais citadas e enfatizadas. Para a partir disso, definir quais sujeitos irão participar das entrevistas, de forma a ampliar o processo como esses sujeitos chegaram ao domínio da leitura e escrita, e suas percepções sobre o significado disso na vida social.

## 6 REFERÊNCIAL TEORICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma metodologia de educação inclusiva pois proporciona a população que não teve acesso a educação regular, ou dela foi afastada, uma chance de concluir sua escolarização.

Nesta perspectiva de educação inclusiva Galvão nos fala:

Nos dias atuais, o paradigma que norteia as ações da educação Especial é o da Inclusão Escolar, que preconiza, dentre outras coisas, que sejam criadas condições para acolher a singularidade da pessoa com necessidades educacionais especiais, no contexto em que se encontre. A pessoa com deficiência é vista agora sob a ótica da equiparação das oportunidades, ou seja, a sociedade deve se adaptar às necessidades da pessoa, garantindo que ela encontre no ambiente, condições que lhe permitam acessar o mundo ao seu redor, com os mesmos direitos e deveres de qualquer cidadão comum. A escola deve se estruturar na perspectiva inclusiva, em que a diferença e a diversidade sejam encaradas como inerentes ao ser humano e não como algo específico, só das pessoas com deficiência (GALVÃO, 2004, p. 56).

Percebe-se, assim, que a se discutir sobre educação inclusiva ela num primeiro momento se direciona para dar conta daqueles sujeitos que carregam em si alguma deficiência. Todavia, a autora nos alerta para a necessidade de ampliar este olhar, já que indica a diversidade como o desafio da escola, e neste caso pode-se incluir as diferenças trazidas por jovens e adultos que se encontram fora do processo comum de escolarização, como por exemplo as jovens que engravidam precocemente, ou os jovens que por necessidade familiar tem que começar a trabalhar bem mais cedo, causas essas que passam a comprometer a assiduidade e permanencia dos alunos em sala de aula.

Assim para Scheibel e Lehenbauer (2006, p. 69), a EJA surgiu para:

[...] contribuir para a igualdade social numa sociedade onde o código escrito ocupa lugar privilegiado, onde a leitura e a escrita são bens relevantes e o não acesso a eles, [...] impede o atingimento da cidadania plena; vem reparar o direito a escola de qualidade e o reconhecimento da igualdade do ser humano na sociedade.

No entanto, para que essa inclusão se realize, a EJA precisará direcionar suas atividades para dar assistência a essa população, motivando suas capacidades, promovendo sua autonomia, fazendo com que seus alunos sejam “sujeitos do aprender a aprender, apropriando-se,



gradativamente, do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver” (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 68).

De forma mais clara, a EJA necessita proporcionar aos alunos uma aprendizagem significativa, possibilitando uma participação no mundo letrado ao qual faz parte. No Brasil, a EJA encontra-se no objetivo do Estado brasileiro de erradicar o analfabetismo, bem como o de possibilitar às pessoas que por diversas formas se veem forçadas a abrir mão da escola, entre essas formas, a mais frequente é a necessidade de trabalhar em horário integral, impossibilitando assim que o mesmo possa frequentar aulas em horários diurnos, que são os horários mais comumente ofertados pelas instituições e fazendo com que haja uma ruptura no complemento da formação escolar do indivíduo.

## **6.1 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

De forma breve, pode-se considerar que a história de Educação de Jovens e Adultos no Brasil iniciou-se no período colonial, em 1549, com a chegada dos jesuítas, não com a mesma interface que temos hoje, muito menos com os mesmos objetivos e preocupações. Entretanto, naquela época, a educação estava destinada à doutrina religiosa, por isso apresentava uma maneira muito mais religiosa que educacional. Mesmo que com objetivos diferentes, vemos que nesta época já havia uma preocupação de escolarizar ou de ao menos dar uma educação cristã a aqueles cujo não detinham tal conhecimento, que também ganhava um caráter de catequização e “conversão” dos indivíduos ao cristianismo por meio dos jesuítas.

Aranha (2006, p. 140) relata que:

Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, chegou ao Brasil em 1549, veio acompanhado por diversos jesuítas encabeçados por Manuel da Nóbrega. Apenas 15 dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola de “ler e escrever”.

Dessa maneira, na era Colonial, o ato educativo era uma atividade missionária. Entretanto, ensinava-se padrões de conduta, trabalhos manuais, língua portuguesa e o ensino agrícola aos educandos que eram, na maioria, índios, negros e adultos (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 108). Futuramente, os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos colonos e seus primogênitos, através das escolas de humanidades.

A era Imperial ficou conhecida pela promulgação da primeira Constituição Federal, no ano de 1824. Na primeira Constituição, a educação tornou-se um direito de todo e qualquer cidadão.

Art. 179 A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição, pela maneira seguinte:

32) A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.

Nesta época o que se pode ver é que o conceito de cidadania não se aplicava a todos, visto que negros e escravos, mesmo que alforriados não eram vistos como cidadãos, conforme a Carta Magna vigente neste momento na história, logo conclui-se que a educação não estava disponível a todos os brasileiros, e sim a somente uma parcela destes.

Com o advento da República Di Pierro (2002) demonstra que a “Instrução adquire valor simbólico, sendo percebida como atributo distintivo das elites e camadas médias urbanas”, neste sentido o analfabeto vai ganhar uma conotação pejorativa como marginal e incapaz.

Em continuidade desse período, organizaram-se, então, organizações sociais que pediam pelo acesso da população à educação formal. No âmbito nacional, ganharam destaque o Serviço de Educação de Adultos (SEA), a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), a Campanha Nacional de Educação Rural, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo dentre outros. Já no âmbito internacional, destacou-se a criação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1945.

No período compreendido dos anos 50 aos 60, século XX, como decorrência das lutas sociais empregadas pelo povo, em especial pelas reformas de base, e também da necessidade da alfabetização trazida pelo novo modelo econômico industrial, já bem enraizado neste período, os índices de analfabetismo diminuíram consideravelmente. Além disso, essas manifestações possibilitaram o debate e reflexão acerca da educação de adultos, que resultou em uma mudança de paradigma expressa numa “preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira” e num olhar que vislumbrava na instrução dessas pessoas um “instrumento de conscientização” (SAVIANI, 2010, p. 316).

Destaca-se, nesse ínterim, o maior representante acerca dessa concepção, o Professor Paulo Freire. A metodologia de Paulo Freire tinha como base uma pedagogia libertadora. “A instrução destinada aos adultos, não era mais um fim em si mesma, prevendo mais do que a alfabetização, estabelecendo um elo de sentido entre os conteúdos e a vida dos indivíduos”, proporcionando a tomada de consciência e a consequente criticidade na contemplação do mundo (OLIVEIRA; LIMA; PINTO, 2012, p. 185).

Nos anos seguintes a 1960, estabeleceu-se, juntamente com o Golpe Militar de 1964, um regime autoritário. Com isso, Paulo Freire foi preso e exilado, pois suas atividades eram tidas como uma ameaça à estabilidade da norma vigente. Simultaneamente a repressão aos movimentos tidos como subversivos, o Estado estimula projetos de caráter conservador, como a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), já que:

[...] este setor da educação – a escolarização básica de jovens e adultos – não poderia ser abandonado por parte do aparelho do Estado, uma vez que tinha nele um dos canais mais importantes de mediação com a sociedade. Perante as comunidades nacional e internacional, seria difícil conciliar a manutenção dos baixos níveis de escolaridade da população com a proposta de um grande país, como os militares propunham-se construir. Havia ainda a necessidade de dar respostas a um direito de cidadania cada vez mais identificado como legítimo, mediante estratégias que atendessem também aos interesses hegemônicos do modelo socioeconômico implementado pelo regime militar (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.114).

Nesse sentido, aprovou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) pela Lei nº 5.379/67. O MOBRAL distinguia-se da concepção freiriana em muitas perspectivas, mas principalmente, no intuito de preservar os indivíduos para a manutenção do *status quo*. Machado (1998, p. 02) ressalta que, no ano de 1989, a Fundação Educar, em conjunto com o Ministério da Educação (MEC), convidou um grupo de especialistas para criar pesquisas e debates acerca da Educação de Jovens e Adultos. Outro objetivo proposto para estes especialistas, seria a preparação para o Ano Internacional de Alfabetização, estabelecido pela UNESCO.

Entretanto, com o lapso presidencial daquela época, este grupo foi desmontado e a Fundação Educar foi substituída pelo Programa Nacional de Alfabetização para Cidadania (PNAC). Este lapso refere-se ao Impeachment imposto ao Ex-Presidente Fernando Collor de Melo, no ano de 1992. Após o ocorrido, o Vice-Presidente Itamar Franco assumiu a presidência e formou uma nova comissão para tratar acerca da Educação de Jovens e Adultos.

A nova comissão criou o documento de “Diretrizes para uma política Nacional de Educação de Jovens e Adultos”. Entretanto, não houve muito progresso para possibilitar o acesso e a qualidade para a educação de jovens e adultos. No ano de 1996, o Presidente, na época, Fernando Henrique Cardoso, através da Lei Darcy Ribeiro e do Programa Alfabetização Solidária (PAS), rompeu com os trabalhos do Presidente Itamar Franco. Itamar Franco assumiu a presidência em 1992 e ficou até o ano de 1995, quando Fernando Henrique Cardoso assumiu. Neste momento a EJA assumia um caráter solidário, onde a questão era transferida para a esfera privada, tomando posse de um discurso de parceria, onde a EJA era entendida

como um atendimento exclusivo das exigências do mercado e o órgãos governamentais e financistas internacionais cuidariam de erradicar o analfabetismo na infância.

Percebeu-se, nessa época, o surgimento da iniciativa privada na Educação de Jovens e Adultos, como no fato da Fundação Roberto Marinho:

[...] através da implantação do telecurso, em 1998. Os interessados poderiam ter aulas em sua casa, pela TV, logo nas primeiras horas da manhã ou através das diversas telessalas distribuídas pelo país. Esse programa também fez parcerias com a Fiesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Sesi (Serviço Social da Indústria), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e IRS (Instituto Roberto Simonsen). (MAGAGNA, 2009, p. 21).

Em 2002, após Luís Inácio Lula da Silva assumir a presidência, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), “que tem por princípio o engajamento de toda a população nessa causa, qual seja a de alfabetizar jovens e adultos” (MAGAGNA, 2009, p. 21).

Desde seu início de sua gestão, o ex-presidente Lula enfatiza a importância da escolarização formal e a profissionalização. O governo Lula deu continuidade aos programas já existentes dos governos anteriores, buscando reafirmar as parcerias com as organizações da sociedade civil, governos estaduais e municipais, empresa e instituições de ensino superior, visando manter e melhorar o acesso dos jovens e adultos a escola.

Não existe, na história da humanidade, nenhum país que se desenvolveu sem que antes os governantes tivessem feito investimento muito forte em educação. A educação garante que as pessoas tenham acesso ao conhecimento, a uma profissão. Eu digo isso porque foi graças a um curso técnico que fiz, na minha vida, em São Paulo, no SENAI, que me permitiu ter um emprego melhor, que me permitiu trabalhar numa empresa grande, que me permitiu ser dirigente sindical e que me permitiu virar presidente da República. Se a gente não permitir que essas crianças, que esses adolescentes, meninas e meninos, tenham acesso a uma formação profissional, eles nunca serão tratados como cidadãos e cidadãs de primeira classe. Nunca! (Discurso do Presidente Lula, CEFET/BA, Santo Amaro, São Paulo, 2003 apud BEZERRA, s/ d, p.1).

A educação no Brasil apresenta debilidades históricas, com a educação de jovens e adultos o padrão se repete apesar do aparato legal. Tanto no estado do Ceará quanto no restante do país vemos políticas educacionais secundarizadas e direitos humanos fundamentais, como o da educação, negligenciados. Em âmbito regional e nacional a EJA ainda é ineficiente e tratado com muita discriminação. Como nos diz Vera Mazagão Ribeiro, a EJA precisa ser universalizada.

Para fazer valer os direitos educativos de todos e todas num país marcado por desigualdades e violações como o Brasil, é preciso que a EJA seja assumida como uma política universal e permanente de ação afirmativa e reparadora, orientada explicitamente ao combate das desigualdades e à promoção de direitos. É possível e desejável que a universalidade no atendimento se componha de políticas de EJA voltadas à diversidade do seu público e que integrem múltiplas opções de oferta educativa, escolares e não escolares, mecanismos de avaliação e certificação, além de se comprometer com a busca ativa e o chamamento de seus potenciais beneficiários. (RIBEIRO, 2011, p.8)

Segundo dados da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, a mesma afirma garantir acesso à educação básica na modalidade EJA presencial e semipresencial. Na modalidade presencial aplica-se em escolas da rede estadual na maioria dos municípios cearenses e na modalidade semipresencial é ofertada em Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), sendo sua maioria localizada em Fortaleza, contendo 9 unidades e 23 unidades distribuídas em outros municípios.

Na perspectiva de qualidade da EJA, observa-se a necessidade de definição de estratégias político-didático pedagógicas visando sempre a ampla diversidade sociocultural dos educandos.

## **APRENDIZAGEM EM EJA**

Existe várias formas didáticas que pode ser compreendida em forma de ação do ato da leitura e escrita introduzindo os indivíduos em uma sociedade centrada na escrita e leitura desenvolvendo ferramentas para facilitar o ensino buscando praticas sócias, contudo buscando o ingresso de características de maneira que diminua a desigualdade social pois nem todos tem acesso, e a melhor forma para isso se concretizar é através da educação.

A leitura e escrita proporcionam o conhecimento, o acesso de pessoas a lugares em que sejam necessários a leitura, escrita e compreensão, como bancos, paradas de ônibus e supermercados.

O desenvolvimento deve concluir certos círculos de leis, determinadas funções devem amadurecer antes que a escola passe a lecionar determinados conhecimentos à criança. Os ciclos do desenvolvimento sempre antecedem os ciclos da aprendizagem (VIGOTSKI, 2004, p. 468).

Os processos de aprendizados voltados para a EJA são basicamente os mesmos para quaisquer outras faixas etárias, o que deve estar adaptado nesses processos são as didáticas

usadas pelos educadores, que são múltiplas e que devem contemplar as especificidades dos indivíduos, tais como, o cansaço, a falta de habilidade com os instrumentos de aprendizagem, e todas as outras barreiras pessoais que o aluno da EJA tem que ultrapassar, cabendo muito assim ao educador procurar meios de aproximação entre o aluno e o que é ensinado, buscando trazer sempre os conteúdos para a realidade do indivíduo, sem deixar de contemplar nenhum conteúdo pragmático.

## **ALFABETIZAÇÃO EM EJA**

A ensino nunca ensinará somente a língua escrita, de outra forma que também educa a reconhecer a cultura, e a situação humana da autonomia. A Educação proporciona ultrapassar “o estado de coisificação bem como a opressão desumanizadora, os sujeitos não podem temer à liberdade” (FREIRE, 2005. p. 38), desse modo para Freire estes próprios indivíduos oprimidos escolhem o ajustamento a um mundo dominador por meio da ausência de libertação a confronto a fim de desenvolver-se e viverem livres.

Alfabetização é uma perspectiva devido um movimento exclusivo por causa de um acontecimento de a grupo social que se encontra em uma permanente transformação através de um progresso que modo que a atualização do indivíduo deve-se conduzir estas alterações, observando que se relacionasse a leitura, e a escrita sendo executado práticas de expressões de alguns indivíduos, a formação no ensino para alfabetização é considerada um método de escolarizar alunos analfabetos.

O Conceito de Alfabetização de jovens e adultos vai se movendo em direção da educação popular na medida em que a realidade começa a fazer alguma exigência à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular (FREIRE,2001,p.16)

Através do ensino se aprende a ler e escrever além do mais entender a transpassar o conteúdo a outro lugar, mesmo assim você só terá aprendido a ler e escrever, de modo que a aprendizagem resulta de várias formações intelectuais do indivíduo como do vínculo do conhecimento adquirido, ao indivíduo, com o instrumento de formação. O estudante tem o dever realizar a leitura e a escrita afim de conquistar compreensão, e que o aluno consiga transmitir o que foi ensinado em seu cotidiano.

O Alfabetizador já sabe que a língua também é cultura, que o homem é sujeito: sente-se desafiado a desvelar os segredos de sua constituição; a partir da construção de suas próprias Palavras também construção de seu mundo (FREIRE, 2005, p. 11)

A relação entre a escrita e da comunicação nunca possui nenhuma coisa evidente a quem começou o desenvolvimento da alfabetização. Sendo o próprio no momento que aprende já precisa a de uma ligação por meio da fala e escrita, a participação quando na condição determina de nenhuma maneira que se compreenda o fonema-grafema. A alfabetização de Jovens e Adultos é um obstáculo devido pois na maioria das vezes muitos dos alunos termina o EJA sem ter uma compreensão da leitura e escrita se tornando analfabetos funcionais, uma vaga no mercado de trabalho, e em uma universidade pública acaba sendo algo desleal.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3º ed. Ver. e amp. São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.
- BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 5.478. Instituição do Proeja. Brasília, 24 de junho de 2005.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secad – educação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/>. Acesso em: 24-09-2018.
- DI PIERRO, Maria Clara de. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. Escolarização de jovens e adultos. **SciELO**, [s.l.], mai,jun,jul,ago, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2016.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. **Coleção leitura**, 2005.
- HADDAD, SÉRGIO. **Novos caminhos em educação de jovens e adultos - EJA: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo. Ed. Global, 2007.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 29-40, 2000.
- MACHADO, Maria Margarida. A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por “solidariedade”. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 21., 1998, Caxambu. Trabalhos apresentados... São Paulo: ANPED, 1998.
- MAGAGNA, Beatriz Elaine Picini. **EJA - Ensino Fundamental: Uma proposta real**. Revista Diálogos, Universidade Católica de Brasília, v.1, n.1. Brasília: Universa, 2009



MAGAGNA, Fernanda. A criança e sua entrada na escola: dimensões históricas e sociais. Anais do II Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/ivanc/Downloads/2012821\\_17408\\_323823635\\_resERN.pdf](file:///C:/Users/ivanc/Downloads/2012821_17408_323823635_resERN.pdf). Acesso em: 12-08-2018.

Mapa do Analfabetismo no Brasil. Brasília: MEC/INEP, 2003. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/estatisticas/analfabetismo/>>. Acesso em: 09-09-2018.

MARQUES, Luciana Pacheco; OLIVEIRA, Sâmya Petrina Pessoa de. Paulo Freire e Vygotsky: reflexões sobre a educação. **V Colóquio Internacional Paulo Freire**, Recife (PE), 2005.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012

OLIVEIRA, Meire Terezinha S. Botelho de. (Coord.). **Organização do trabalho pedagógico e gestão escolar**. Manaus: UEA Edições, 2007

PEROVANO, Dalton Gean. **Metodologia da pesquisa científica** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2016.

RIBEIRO, Vera Maria Mazagão. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. **Educação e Sociedade**, São Paulo, CEDES, n.68, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3º ed rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. Autores Associados, 2010.

SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana. **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos-EJA**. Pallotti, 2006.

SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (org.). **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos – EJA**. Porto Alegre: Pallotti, 2006

SILVA, Greice Palhão; ARRUDA, Roberto Alves. Evasão escolar de alunos na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 3, n. 3, p. 113, ago. – dez. 2012.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001. p. 103-119.

## CRONOGRAMA

Etapas	Ano							
	2018		2018		2019		2019	
	2º sem.		1º sem.		2º sem.		1º sem.	
1. Revisão bibliográfica			x		-	x	-	-
2. Definição da pesquisa/objetivos	-	-	x	x	-	-	-	-
3. Elaboração do instrumento de pesquisa/Coleta de dados	-	X	x	-	-	-	-	-
4. Análise e discussão dos dados	-	-	-	x	-	-	-	-
5. Elaboração do relatório para de pesquisa	-	-	x	-	-	-	-	-
6. Exame de Qualificação	-	-	-	-	-	x	-	-
7. Redação final do TCC	-	-	-	-	-	-	x	-
8. Defesa	-	-	-	-	-	-	x	
8. Redação de artigos	-	-	-	-	-	-	-	x